

RESENHAS|REVIEWS

ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James A. **Why nations fail: the origins of power, prosperity and poverty**. London: Profile Books Ltd., 2013. P. 45 a 70.

CHAPTER 3. THE MAKING OF PROSPERITY AND POVERTY

RESUMO: A presente resenha tem por objetivo sintetizar os ideais desenvolvidos pelos autores Daron Acemoglu e James A. Robinson no “Capítulo 3” do livro estrangeiro *Why nations fail: the origins of power, prosperity and poverty*. A obra possui quinze capítulos que se interconectam pela problemática central, cuja principal pergunta se destaca do título: “Por que as nações fracassam?”. O capítulo abordado na resenha é responsável justamente por identificar as causas geradoras das desigualdades entre os países desenvolvidos e os países não desenvolvidos ou em desenvolvimento. **PALAVRAS-CHAVE:** Assimetrias globais; Desenvolvimento; Globalização.

ABSTRACT: The purpose of this review is to synthesize the ideals developed by the authors Daron Acemoglu and James A. Robinson in Chapter 3 of the book *Why nations fail: the origins of power, prosperity and poverty*. The work has fifteen chapters that are interconnected by the central problematic, whose main question stands out from the title: “Why do nations fail?”. The chapter addressed in the review is responsible for precisely identifying the causes of inequalities between developed and developing countries.

KEY-WORDS: Global asymmetries; Development; Globalization.

O livro em inglês “*Why nations fail: the origins of power, prosperity and poverty*” dos autores Daron Acemoglu, do *Massachusetts Institute of Technology*, e James A. Robinson, da *University of Chicago*, tem como tema central as assimetrias globais que separam os países desenvolvidos daqueles em desenvolvimento ou não desenvolvidos.

A análise crítica é realizada sob as perspectivas econômica, política e jurídica. Sendo que o objetivo da obra é ampliar a possibilidade de, além de entender as causas das desigualdades, propiciar um ambiente de boas ideias para melhorar a qualidade de vida das pessoas que vivem nos países em desenvolvimento ou não desenvolvidos.

Especificamente no “Capítulo 3”, foco da presente resenha, os autores destacam que as principais causas geradoras de disparidades entre os países desenvolvidos e os demais que não obtêm sucesso no desenvolvimento são: a) políticas econômicas; b) regras jurídicas de regulação da sociedade; c) acesso a educação de qualidade; d) desenvolvimento tecnológico.

Para retratar teoricamente as distinções entre os países desenvolvidos e não desenvolvidos ou em desenvolvimento, identificam-se nestes países duas categorias de instituições: as instituições e as instituições extrativas. As primeiras são aquelas que permitem e encorajam a participação da população nas atividades que movimentam a economia, por outro lado, as segundas propiciam, apenas, benefício para uma parcela específica da população, via de regra, em detrimento da sua maioria.

Nessa linha, extrai-se que os países desenvolvidos, ao se pautarem na teoria das instituições inclusivas, garantem acesso a incentivos financeiros para inovações, para o aumento da

produtividade, para a educação, além de prever regras em seu ordenamento jurídico que asseguram a propriedade privada, os contratos e a segurança jurídica para transações interpessoais.

Já os países que não obtêm êxito no desenvolvimento nacional, em sua maioria, demonstram um ambiente interno limitado para o sujeito com interesse de se desenvolver, pois, prevê alta carga tributária, não garante segurança pública e jurídica, não promove educação de qualidade, tem baixa produtividade e inovação tecnológica. Tais características, por sua vez, garantem boas oportunidades somente para uma elite, que independe do incentivo mínimo estatal, e, que depende dessas condições ruins para continuar explorando a maior parte da população.

Ao explorar especificamente as instituições políticas, os autores as classificam em: instituições pluralistas e instituições absolutistas. As primeiras são indicadas como aquelas que distribuem poder para todos da sociedade, que atendem uma diversidade de grupos, ou seja, não se revestem de ações para indivíduos específicos, motivo pelo qual são consideradas pluralistas, e, conseqüentemente, inclusivas. As segundas, por outro lado, conduzem a política a fim de aumentar o poder de uma elite determinada, as expensas da maioria da sociedade, fator que gera impedimento para o desenvolvimento homogêneo.

Ainda, como elemento adicional a esta análise das instituições, ao diagnosticar as causas das assimetrias, afirmam que o desenvolvimento econômico é capaz de gerar uma “destruição criativa” (*creative destruction*), emprestando a teoria de Joseph Shumpeter. Ademais, indicam que diante da situação criada pelo ambiente, podem se formar grupos que se colocam contrários aos avanços, que, se detentores do poder, movimentam-se no sentido de bloquear o desenvolvimento, justamente para garantir benefícios próprios, com sentimento egoístico de evitar prejuízos de suas preferências.

Ao final do capítulo, os autores concluem que o desenvolvimento econômico e a prosperidade estão associados às instituições econômicas, políticas e jurídicas inclusivas e pluralistas, sendo que a pobreza e a estagnação são tipicamente observadas em países que são regidos por instituições extrativas e absolutistas.

Pela análise do capítulo em destaque, pode-se concluir que a obra é ilustrativa, baseada em fontes interdisciplinares, e revela as características que diferenciam as instituições que regulam os países desenvolvidos e os países que não obtiveram êxito em se desenvolver. Ao mesmo tempo, indica que as assimetrias globais não decorrem propriamente da ignorância dessas desigualdades, mas sim da condução proposital das instituições para favorecer a manutenção no poder dos garantidores daqueles que apoiam as elites na consolidação do espaço no mundo globalizado.